



SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS NO ESTADO DE GOIÁS

Rua T-36, nº 2.601 - Setor Bueno - CEP: 74223-050 - Goiânia - Goiás
Fone: (62) 3574-9900 - Fax: (62) 3574-9917

Fundado em 22/09/43 - Reconhecido em 30/09/44
Filiado a FETTRANSPORTE

SINDITRANSORTE

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO QUE ENTRE SI FIRMAM O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS NO ESTADO DE GOIÁS E A ITA - EMPRESA DE TRANSPORTES LTDA., QUE SE REGERÁ PELAS CLÁUSULAS SEGUINTE:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A partir de 1º de janeiro de 2007, a empresa concederá a todos os empregados abrangidos pelo presente Acordo Coletivo de Trabalho, reajuste salarial de 3,5% (TRÊS PONTO CINCO POR CENTO) sobre os salários de dezembro de 2.006.

Parágrafo Primeiro: A diferença do mês de janeiro/2007, referente à salário e ticket, será paga junto com a folha de fevereiro/2007.

Parágrafo Segundo: A partir de 1º de janeiro de 2007, ficam estipulados os seguintes PISOS SALARIAIS:

FUNÇÕES

	SALÁRIO-BASE
Motorista de ônibus para prestação de serviço.....	R\$ 570,00
Motorista de Veículo Leve.....	R\$ 486,45
Motorista de Caminhão.....	R\$ 560,00
Motorista de Carreta.....	R\$ 650,35
Demais Motoristas.....	R\$ 486,45
Operador de Trator de Pneus.....	R\$ 486,45
Operador de Pá Carregadeira.....	R\$ 622,37
Operador de Retroescavadeira.....	R\$ 622,37
Operador de Trator de Esteiras.....	R\$ 799,22
Operador de Motoniveladora.....	R\$ 889,36
Operador de Escavadeira Hidráulica.....	R\$ 933,57
Operador de Rolo Compressor.....	R\$ 486,45
Operador de Empilhadeira.....	R\$ 486,45

Parágrafo Terceiro: Os demais empregados que trabalham em área de risco receberão ou continuarão a receber, também, a título de periculosidade, um adicional de 30% (trinta por cento) sobre os salários, reajustados na forma do "caput" da presente cláusula.

CLÁUSULA SEGUNDA

A empresa se obriga a conceder, até o dia 20 de cada mês, adiantamento salarial não inferior a 40% (quarenta por cento) do salário, a todos os empregados.

CLÁUSULA TERCEIRA

À exceção das horas extras, que serão reguladas pela Cláusula Oitava, ficam asseguradas as vantagens já percebidas pelos empregados, tais como comissões, gratificações, ajuda de custo e outros pagamentos com títulos diversos, devendo as mesmas ser anotadas na Carteira Profissional do empregado.

CLÁUSULA QUARTA

A empresa fornecerá a seus empregados comprovantes de pagamentos e descontos efetuados, discriminando salários, horas extras, comissões, gratificações, ajuda de custo, prêmios de viagem, descanso semanal remunerado (DSR), adicional de periculosidade e outros valores recebidos ou descontados.

CLÁUSULA QUINTA

É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até 05 (cinco) meses após o parto.

CLÁUSULA SEXTA

A empresa fornecerá aos empregados abrangidos pelo presente Acordo, a partir de 01/01/2007 e sempre no início dos meses subsequentes, exceto nos períodos de gozo de férias e licenças, em decorrência de adesão ao PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador, na forma da lei e deste Acordo e por intermédio de "TICKET", Auxílio Alimentação, no valor de R\$166,00 (cento e sessenta e seis reais) por mês, corrigidos pelo índice salarial em que houver reajuste futuro.

Parágrafo Primeiro: Os empregados admitidos durante o mês receberão os tickets quando do primeiro pagamento mensal, acrescidos dos relativos e proporcionais dias iniciais laborados.

Parágrafo Segundo: A contribuição do empregado para a utilização do TICKET, objeto desta cláusula, será de 10% (dez por cento) do referido valor total do benefício mensal, o qual será descontado na folha de pagamento do mês correspondente. Serão descontados os dias não laborados.

CLÁUSULA SÉTIMA

A empresa pagará em folha de pagamento as horas extras que realmente forem prestadas.

Parágrafo Único: A empresa fica autorizada a utilizar-se dos permissivos da Lei 9601/98, desde que os acordos firmados pela empresa e seus empregados tenham aquiescência do Sindicato Suscitante.

CLÁUSULA OITAVA

Fica a empresa, desde logo, autorizada a prorrogar e a compensar os horários de trabalho dos empregados, independen-

temente de qualquer ato escrito, porém, com observância dos tempos de prorrogação e de compensação previstos em lei. Fica certo e combinado que a jornada de trabalho será aferida, tendo-se em conta o horário normal do mês e as horas efetivamente trabalhadas que excederem serão pagas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) do valor da hora normal, calculada de acordo com o salário base mensal.

CLÁUSULA NONA

Para possibilitar a confecção atempada das folhas de pagamento, a empresa poderá antecipar para o dia 20 de cada mês o fechamento do ponto para as chamadas "alterações", como horas extras, adicional noturno, faltas, etc. que serão consideradas na folha de pagamento do mês subsequente. O salário e as verbas fixas, entretanto, serão pagos considerando-se o mês civil completo.

CLÁUSULA DÉCIMA

A empresa se compromete a aceitar o ATESTADO MÉDICO ou ODONTOLÓGICO, este quando se tratar de extração, fornecido pelo Sindicato, para fim de justificar faltas ao serviço, isto quando a empresa não possuir serviço médico ou odontológico próprio ou conveniado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

É considerado como serviço efetivo o tempo que o motorista ou operador, dentro do horário que lhe for marcado, se apresentar na garagem ou onde for determinado pela chefia imediata, tudo de acordo com a escala de serviços ou de reserva.

Parágrafo Primeiro: O empregador poderá adotar sistemas alternativos de controle de jornada de trabalho mais simplificado e adequado à realidade laboral, inclusive com o uso de processamento eletrônico de dados, tanto para os empregados dos serviços internos quanto externos.

Parágrafo Segundo: Não é considerado como serviço efetivo para o motorista, o qual, pelas atividades desenvolvidas, pernoitar com o veículo.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Não integrará a remuneração ou a jornada o tempo de deslocamento do empregado de sua residência até o local de trabalho e vice-versa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Os motoristas e operadores não serão responsáveis por despesas com multas por irregularidades no veículo e nas máquinas e documentos respectivos. Contudo, serão responsáveis por infrações decorrentes de atos na direção dos veículos e máquinas, por danos causados por dolo ou culpa, devidamente comprovados. Constituirá motivo para rescisão contratual, por justa causa, qualquer falta pertinente à violação do uso e funcionamento do controlador de velocidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

O pagamento das parcelas constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverá ser efetuado nos seguintes prazos:

- a) até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato; ou
- b) até o décimo dia, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa de seu cumprimento.

Parágrafo Único: A inobservância do disposto nesta cláusula sujeitará a empresa ao pagamento da multa a favor do empregado, em valor equivalente ao seu último salário, devidamente corrigido pelos índices oficiais, salvo quando, comprovadamente, o trabalhador der causa à mora.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

A empresa ficará obrigada a fornecer gratuitamente dois uniformes por ano aos seus empregados abrangidos por este Acordo, quando o uso dos mesmos for obrigatório, os quais deverão ser devolvidos quando da rescisão do Contrato de Trabalho. Na hipótese de rescisão de Contrato de Trabalho sem a devida devolução prevista acima, facultar-se à empresa a retenção do equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor da aquisição daqueles uniformes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

A empresa descontará de todos os seus empregados, sindicalizados ou não, a título de CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL, limitado o teto salarial máximo de R\$ 1.000,00 (um mil reais), a importância equivalente a 5% (cinco por cento) de um salário base de cada empregado, em 05 (cinco) parcelas de 1% (um por cento) cada, a partir do mês de Março/2007, devendo o valor respectivo ser recolhido até o dia 10 de cada mês subsequente ao desconto, a favor do Sindicato da Categoria Profissional, para ser aplicada nas obras assistenciais da entidade.

Parágrafo Primeiro: Os empregados que porventura forem demitidos antes do mês de março/2007, ocasião do início do desconto da contribuição acima referida, fica a empresa obrigada a efetuar o desconto de uma só vez e no mês da rescisão de contrato de trabalho.

Parágrafo Segundo: Os empregados que forem admitidos na vigência do presente Acordo também se submeterão à Contribuição de 5% (cinco por cento), que será descontada em seus vencimentos em 05 (cinco) parcelas de 1% (um por cento) cada, e recolhida ao Sindicato até o dia 10 do mês subsequente. O desconto da referida contribuição será limitado ao período de vigência deste Acordo.

Parágrafo Terceiro: O recolhimento da Contribuição Assistencial acima referida fora do prazo mencionado, obrigará a empresa a recolher ou pagar, além do débito principal, devidamente corrigido pelo índice oficial, juros de mora de 1% (um por cento) para cada mês de atraso e sobre o valor total, uma multa de 2% (dois por cento).

Parágrafo Quarto: Fica garantido a todos empregados, associados ou não, o direito de oposição ao desconto da Contribuição Assistencial acima referida, devendo neste caso manifestar-se, individualmente e por escrito, na sede do Sindicato, até 10

(dez) dias após a efetivação do referido desconto, na forma prevista no Termo de Ajustamento de Conduta nº 001/97, firmado entre a Procuradoria Regional do Trabalho da 18ª Região e as Entidades Sindicais do Estado de Goiás.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

A empresa se compromete, desde que devidamente autorizada pelos empregados e associados do Sindicato, a descontar na folha de pagamento dos mesmos as mensalidades sociais devidas ao sindicato, de acordo com o disposto no Artigo 545 da CLT.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

A empresa descontará em folha de pagamento, os valores referentes a serviço médico-odontológico, bem como as taxas devidas ao SEST/SENAT pelos empregados, quando autorizadas por escrito e encaminhadas pelo mesmo à empresa, até o último dia útil do mês em que ocorreu a despesa.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

A empresa permitirá que sejam, através do Departamento Pessoal, afixados no local de trabalho AVISOS ou qualquer orientação que não tenham caráter político da parte do Sindicato, aos empregados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

A empresa se compromete a comunicar ao Sindicato, com trinta dias de antecedência, a convocação de eleições para escolha dos representantes de empregados na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

Aos empregados que comprovarem estiver faltando até 12 (doze) meses para adquirir direito à aposentadoria e que tenham o mínimo de 03 (três) anos de serviços prestados à empresa, fica assegurada a garantia de emprego durante o período que faltar para aposentadoria, só podendo ser dispensado nesse período se cometer falta grave.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

No caso de falecimento do seu empregado(a), a empresa concederá um auxílio funeral equivalente ao valor de um salário do motorista de carro leve, vigente na data do falecimento, à viúva(o) com a qual o falecido(a) convivia, ou à companheira(o) registrada(o) na empresa como dependente e, na falta destas(es) aos dependentes do falecido habilitados em documento expedido pela Instituição da Previdência Social, de acordo com as Leis nº 8.212 e 8.213/91. Fica a empresa isenta do pagamento deste Auxílio se esta mantiver seguro de vida para seus empregados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA

No pedido de demissão, com indenização do AVISO PRÉVIO por parte do empregado, os dias correspondentes integrar-se-ão para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA

Fica assegurada a complementação de salário pela empresa, até o valor do salário, ao trabalhador afastado por Acidente de Trabalho, durante o prazo de 06 (seis) meses.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA

Fica assegurada a integração do serviço extraordinário habitual no pagamento do 13º salário, férias e nos repousos semanais remunerados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA

Será facultado ao empregado receber o equivalente a 50% (cinquenta por cento) de seu 13º salário, na mesma data em que receber o pagamento de suas férias, desde que requerida a regalia quando da notificação (Art. 135, da CLT) da concessão das mesmas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA

Para cada ano de efetivo serviço completado na empresa, esta concederá mensalmente ao seu empregado o equivalente a 1% (um por cento) do salário base mensal, fixando-se seu teto ao valor equivalente ao maior salário normativo constante deste Acordo, à título de Prêmio por Tempo de Serviço (PTS). Será devido a partir do mês seguinte ao que o empregado tiver completado 01 (um) ano de serviço prestado efetivamente na empresa.

Parágrafo Único: O presente benefício não tem natureza salarial, não se incorporando nem repercutindo sobre quaisquer outras verbas e tem natureza transitória de duração pelo prazo deste Acordo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA

A empresa manterá o convênio firmado com a prestadora de serviços de Plano de Saúde familiar, selecionando juntamente com o Sindicato Obreiro, renovável mediante novas negociações ao término de vigência deste Acordo Coletivo de Trabalho e destinado à assistência médico-hospitalar aos empregados e seus dependentes que queiram dele participar.

Parágrafo Primeiro: A participação do empregado no Plano a que se refere esta cláusula, é facultativa, devendo a adesão ao mesmo ser formalizada por ele junto à empresa até 10 (dez) dias após a assinatura do convênio, oportunidade em que tomará conhecimento do seu inteiro teor, inclusive das condições de atendimento.

Parágrafo Segundo: O empregado que aderir ao Plano a que se refere esta cláusula, autorizará a empresa a proceder, mensalmente, ao desconto na sua folha de pagamento do valor correspondente à participação no mesmo, que será de 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do seu salário base mensal, por pessoa inscrita no plano, desconto limitado à totalidade do valor da mensalidade devida ao Plano pelo benefício ao empregado e seus dependentes.

Parágrafo Terceiro: Os empregados que aderirem ao Plano a que se refere esta cláusula, após o prazo acima estipulado e que, posteriormente, ingressarem no mesmo, ficarão sujeitos às restrições impostas pela prestadora dos serviços do Plano quanto às condições de atendimento e período de carência para usufruírem dos serviços oferecidos.

Parágrafo Quarto: Os empregados admitidos após a vigência deste Acordo, só poderão aderir ao Plano a que se refere esta cláusula, quando completarem seis (6) meses de efetivo serviço na empresa e estarão sujeitos às restrições impostas pela

prestadora dos serviços do Plano, como referido no parágrafo anterior.

Parágrafo Quinto: Os empregados acidentados no trabalho e/ou em auxílio doença que estiverem afastados temporariamente, por mais de 30 (trinta) dias, e que tenham aderido ao Plano, continuarão a se beneficiar do mesmo durante o período do seu afastamento, sem o desconto referido no parágrafo anterior.

Parágrafo Sexto: Ao empregado participante que for demitido sem justa causa ou que for aposentado poderá optar por se manter no Plano de Saúde, inclusive com seus dependentes, nas mesmas condições de cobertura assistencial que gozava na fase laborativa, desde que assuma o seu pagamento integral e que se enquadre nas prescrições aplicáveis da Lei 9.656, de 03/06/1998, na forma da respectiva regulamentação pelo Conselho de Saúde Suplementar - CONSU, observado, também, o que dispor o contrato de prestação de serviços de assistência à saúde. A opção deverá ser manifestada até 30 (trinta) dias do desligamento ou, no caso de aposentadoria por invalidez, de comunicação da empresa empregadora.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA

A empresa concederá uma estabilidade provisória de 12 (doze) meses aos seus empregados quando estes retornarem ao trabalho, depois de gozo de Auxílio Doença previdenciário por motivo de Acidente de Trabalho, desde que o empregado esteja capacitado para exercer sua função.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA

As rescisões de contrato de trabalho de todos os empregados abrangidos por este Acordo, mesmo daqueles que tenham menos de 01 (um) ano de serviço na empresa, serão homologadas pelo Sindicato da Categoria Profissional, salvo as decorrentes dos Contratos de Experiência, devendo o empregador apresentar aos Sindicatos Profissionais os documentos exigidos pelas Instruções Normativas MTPS SNT nº 03, de 21/06/2002 e nº 04, de 29/11/2002.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA

Todo e qualquer benefício adicional que a empresa espontaneamente já concede ou vier a conceder aos seus empregados, durante a vigência deste instrumento, tais como convênio ou assistência médico-odontológica, seguro de vida em grupo, convênios ou fornecimentos de alimentos, cesta de alimentação, auxílio educacional de qualquer espécie, clubes esportivos e de lazer, etc., não será considerado em qualquer hipótese e para nenhum efeito, como parte integrante do salário ou remuneração do empregado, não podendo ser objeto de qualquer encargo trabalhista e qualquer tipo de postulação, seja a que título for.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA

A empresa se compromete, durante a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho, a receber a Comissão de Empregados da Empresa para discussão de assuntos inerentes à relação de emprego, desde que solicitada pela mesma, com antecedência.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA

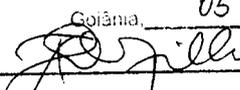
O prazo de vigência do presente Acordo será de 01 (um) ano, com início em 01 de janeiro de 2.007 e término em 31 de dezembro de 2.007.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente Acordo Coletivo de Trabalho para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

Goiânia, 16 de Fevereiro de 2.007.


ALBERTO MAGNO BORGES
Presidente do Sindicato dos Trabalhadores
em Transportes Rodoviários no Estado de Goiás


RUBENS GAMA DIAS
Diretor da ITA Empresa de Transportes Ltda.

MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	
DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO EM GOIÁS	
Nos termos do artigo 614, da CLT, defiro o pedido de	
registro da presente Convenção/Acordo Coletivo de Trabalho/	
Alterações, constantes do processo nº <u>46208.001359/07-53</u>	
Registrado e Arquivado no DRT/GO sob nº <u>093/07</u>	
às fls. <u>42</u> do livro nº <u>04/07</u> .	
Goiânia, <u>05</u> / <u>03</u> / <u>2007</u>	
 Paulo Gama Lyra Filho Diretor da Delegacia Regional do Trabalho - DRT/GO CIE 01805-4	
Data do Protocolo de depósito <u>26/02</u> / <u>2007</u> .	